



# IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Educação Pública em Tempos de Reformas”

Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019

## O PERCURSO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Eliane Souza de CARVALHO (UFGD/UEMS)<sup>1</sup>

Eixo 7 - Políticas Educacionais

### Resumo

Este texto objetiva descrever o percurso da internacionalização da Educação Superior brasileira no planejamento educacional por meio das diretrizes presentes na Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) (1996), no Plano Nacional de Educação (2010) e nos Planos Nacionais de Pós-graduação, nos quais é possível constatar orientações referentes aos processos de internacionalização. A confecção do texto permitiu perceber o movimento da construção dos planos e a evolução na elaboração dos textos mostram o Estado se reestruturando para responder às demandas geradas pelo mercado e atender as necessidades de internacionalização. O processo de internacionalização tem se dado em duas vertentes, uma no sentido de cooperação, de troca entre as nações, povos e culturas, e outra que pode estar gerando uma mercantilização da educação, podendo tornar-se apenas em questões de interesses comerciais. Assim, ao mesmo tempo em que se busca configurar a internacionalização a partir de um processo de cooperação mútua e intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico, promovendo uma integração através de processos de cooperação internacional, também se almeja aumentar o quantitativo e o desempenho científico e tecnológico do país

**Palavras chave:** Internacionalização; Educação Superior; PNE; PNPG.

### Introdução

As motivações da internacionalização da educação no Brasil estão subordinadas aos interesses do Estado, o que justifica a formulação de políticas e orientações neste sentido (LIMA; CONTEL, 2009). A presença do tema internacionalização na definição de políticas no âmbito da administração pública são indicadores da importância deste fenômeno para o país, para as universidades e as agências de fomento.

---

<sup>1</sup> Editora na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul; Doutoranda em Educação na Universidade Federal da Grande Dourados; elianesouzadecarvalho@gmail.com

Assim, com o intuito de evidenciar como a internacionalização tem se constituído num crescente dentro do planejamento científico do país, este texto objetiva descrever o percurso da internacionalização da Educação Superior brasileira no planejamento educacional por meio das diretrizes presentes na Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) (1996), no Plano Nacional de Educação (2010) e nos Planos Nacionais de Pós-graduação, nos quais é possível constatar orientações referentes aos processos de internacionalização.

Para atender tal objetivo, o texto inicialmente tece considerações sobre a internacionalização e a importância que esta vem adquirindo no contexto das políticas de avaliação da pós-graduação e as reformulações que vem sofrendo ao longo do período. Posteriormente, adentra na análise de como esta política vem se desenhando no planejamento educacional brasileiro evidenciado no Plano Nacional de Educação (PNE) e nos Planos Nacionais da Pós-Graduação (PNPGs).

### **Internacionalização na pós-graduação**

As reformas dos anos 1990 colocaram as instituições de nível superior na rota de uma sociedade globalizada, que traz em seu bojo uma nova realidade das políticas públicas com o desenvolvimento social e econômico dos países em nível mundial, havendo uma necessidade de redefinir as relações sociais e educacionais entre os países e conseqüentemente entre as instituições de educação superior. A partir desse redimensionamento nas relações, além das fronteiras nacionais, percebeu-se a necessidade de investir-se em processos de internacionalização, tendo em vista os desafios de formar profissionais capazes de atuar nessa nova sociedade (MOROSINI; DALLA CORTE, 2018).

Nesta perspectiva, a internacionalização da educação superior tem se constituído como uma das principais metas da universidade contemporânea, firmando-se como critério basilar, entre outros elementos, para a avaliação de qualidade de um programa de pós-graduação de excelência (MOROSINI; NASCIMENTO, 2017)), tornando-se uma das forças que mais impacta e define a educação superior, sendo um dos mais importantes desafios frente ao novo século, exigindo “a identificação da existência, ou não, de fundamentos e definições para a construção de políticas públicas para internacionalização do ensino superior” (MIRANDA; STALLIVIERI, 2017, p. 592).

Dessa forma, ela tem se apresentado como um fator de legitimação da circulação do conhecimento e formação de recursos humanos. Configurando-se como importante indicador de qualidade referenciado pelas pesquisas bibliográficas e registros nos documentos educacionais. No entanto, Sousa (2017) adverte que como indicador de qualidade, a internacionalização ainda constitui um elemento que precisa ser implementado e avaliado nas práticas acadêmicas, verificando as estratégias adotadas pela universidade para promover essa internacionalização.

### **Indicativos do processo de internacionalização no planejamento educacional**

Os princípios constitucionais da educação não expõem diretrizes explícitas sobre a internacionalização, mas é possível considerá-la como uma ferramenta para melhoria da qualidade de ensino e para promoção científica e tecnológica do país. Na LDB, embora não apareça o termo internacionalização de forma explícita, podemos extrair algumas diretrizes considerando os objetivos do sistema educacional brasileiro (MARRARA, 2007).

Na LDB, no item que trata dos princípios e fins da educação, o artigo 2º prescreve que a educação deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, questão esta que podemos correlacionar aos princípios das relações internacionais.

Partindo do pressuposto que os processos de internacionalização podem estimular profícuas experiências extraescolares no nível universitário, poder-se-ia estabelecer uma relação direta da internacionalização com o disposto no artigo 3º que determina a valorização extraescolar como um princípio educacional.

Ainda na LDB, no capítulo que trata da Educação Superior, é descrito que “a internacionalização pode ser entendida como ferramenta necessária à consecução das finalidades estabelecidas para educação superior” (MARRARA, 2007, p. 251), visto que em seu Artigo 43º estabelece como finalidade: incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão cultural; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional; e estimular o

conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais ou regionais (BRASIL, 2017).

É possível constatar orientações referentes aos processos de internacionalização, também nas diretrizes para educação superior presentes em dois importantes documentos de planejamento educacional: o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) e o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020.

O PNE 2014-2024, é composto por 20 metas, sendo as metas 12, 13 e 14 voltadas para Educação Superior, cujas estratégias já apresentam e direcionam os processos de internacionalização.

**Meta 12:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a Qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público. [...]

**Meta 13:** elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores (BRASIL, 2014, p. 73-75).

As metas anteriormente mencionadas trazem estratégias que orientam para processos de internacionalização. A estratégia 12.2 apresenta o incentivo a mobilidade docente e discente em âmbito nacional e internacional como forma de enriquecimento da formação de nível superior. A meta que relaciona a elevação da qualidade da educação superior ao número de mestres e doutores em pleno exercício, traz em sua estratégia 13.7 “fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional [...] assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2014, p. 76).

Em específico sobre a pós-graduação, a meta 14 consiste em “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.”; na estratégia 14.9, apresenta a necessidade de “consolidar programas, projetos e ações que objetivam a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação

brasileira, incentivando a atuação em rede e fortalecimento de grupos de pesquisa.”; na estratégia 14.10 evidencia que é imprescindível “promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.” Apresenta, ainda, na estratégia 14.13, a indispensabilidade de “aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira [...]” (BRASIL, 2014, p. 78).

Em alguns momentos a internacionalização é apresentada no plano como uma política para cooperação e enriquecimento do conhecimento, em outros, como mecanismo para aumento de desempenho e competitividade. Mas ao todo, é enfatizado um modelo de universidade voltado para integração internacional, incentivando os processos de cooperação entre instituições e mobilidade acadêmica.

Nos Planos Nacionais de Pós-graduação, o planejamento da política nacional de Educação Superior traz em seus textos direcionamentos específicos sobre os processos de internacionalização. Desde a consecução do primeiro PNPG, havia indícios para processos de internacionalização. Ao discutir as diretrizes de desempenho no intuito de elevação dos padrões, havia enquanto diretriz a “realização de encontros e seminários para discussão conjunta de assuntos de pós-graduação em nível regional, setorial, nacional e internacional” (BRASIL, 1975, p. 142).

Ao projetarem as metas para expansão do sistema já havia uma declarada preocupação em afinar o que se estava fazendo no âmbito local com o que estava acontecendo em nível internacional, havendo uma proposição de enviar pesquisadores para se titularem no exterior e trazer de lá experiências que pudessem auxiliar na consolidação da pesquisa nacional, assim como, trazer docentes estratégicos por meio de convênios e intercâmbios, no intuito de iniciar ou consolidar grupos de pesquisa.

Na década de 1970 a pós-graduação torna-se um dos principais focos das políticas voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico. Com o objetivo estratégico no desenvolvimento econômico do país, há um condicionamento do financiamento das atividades acadêmicas às ações desenvolvidas em nível internacional que apresentassem retorno direto nas atividades a serem posteriormente desenvolvidas. Para a concessão de bolsas era salientado que “os

critérios devem considerar o panorama internacional das atividades universitárias e as condições específicas do trabalho a ser desenvolvido pelos docentes quando de sua volta à reintegração em instituições brasileiras” (BRASIL, 1975, p. 165).

O II PNPG (1982-1985) foi uma construção sem grandes projeções neste sentido, mas mantendo uma ênfase na qualidade buscando adequar a pós-graduação às necessidades do país em termos de ciência e tecnologia (BRASIL, 1982).

No III PNPG 1986-1989 (1986), as questões relacionadas à internacionalização voltam a ocupar espaço. Ao fazer uma análise sobre a evolução e situação da atuação da pós-graduação, os dados mostraram uma grande expansão qualitativa do sistema, o aumento da produção científica docente considerada de padrão internacional está entre os itens apresentados como indicadores de melhoria, mas o plano aponta para as necessidades de um esforço nacional da pós-graduação, numa intensidade superior a demanda atual “para atender às necessidades de formação de pessoal qualificado para viabilizar as metas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico e tornar o país internacionalmente competitivo” (BRASIL, 1986, p. 205).

Para isso, apresenta entre outras medidas, “capacitação no exterior, de acordo com as necessidades de melhoria e renovação dos cursos de pós-graduação, bem como de fortalecimento de áreas novas ou carentes” (BRASIL, 1986, p. 206), por considerar importante o intercâmbio de docentes e pesquisadores com os seus pares de instituições do exterior. O plano apresenta 22 estratégias, dessas, três estão diretamente relacionadas a processos de internacionalização.

Apoiar o intercâmbio com centros de pesquisa e pós-graduação, possibilitando a participação de docentes e pesquisadores em reuniões científicas no país e no exterior[...]; reforçar o programa de pós-graduação no exterior como parte integrante do sistema de formação de pessoal qualificado [...]; apoiar revistas científicas brasileiras que tenham padrão internacional. (BRASIL, 1986, 210-211).

No PNPG 2005-2010 (2004), as questões relacionadas à internacionalização apresentam-se de forma mais contundente. Nas propostas de diretrizes é apontada uma política de cooperação internacional e formação de recursos humanos no exterior, as quais deveriam pautar-se na premissa de “aprimoramento do sistema

nacional de pós-graduação considerando o avanço do conhecimento e inserção no futuro Plano Nacional de Desenvolvimento econômico do país” (p.61).

Sugere-se que seja ampliado as modalidades de cooperação internacional pautada no modelo de parceria institucional, que mantém uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras; intensificação de programas de intercâmbio em áreas de interesses estratégicos para o país; apoio a estágio de pós-doutoramento; e, estímulo a parcerias e formação de redes e pesquisas na cooperação Sul-Sul.

O texto apresenta uma correlação entre avaliação, qualidade e internacionalização. No item que discute avaliação e qualidade, expressa a uma orientação que “A avaliação de cada área deverá também ser expressa com indicadores relativos a sua expressão científica e social no contexto nacional e internacional” (BRASIL, 2004, p. 64).

Embora já houvesse atuações pontuais de pesquisadores e algumas ações articuladas de cooperação e mobilidade científica, é a partir desse momento que a internacionalização passa formalmente a ser exigência do Estado avaliador, sendo apresentada como um indicador de qualidade, passando a compor a ficha avaliativa dos programas de pós-graduação para classificação dos programas 6 e 7. Ainda que a internacionalização seja apresentada no texto do plano como uma “política de cooperação”, a mesma passa a fazer parte dos critérios avaliativos dos programas de pós-graduação como indicador de qualidade, havendo uma indução para que os programas busquem desenvolver ações indicadoras de internacionalização.

O PNPG 2011-2020 (2010) apresenta em sua estrutura um tópico específico sobre internacionalização intitulado “Internacionalização da pós-graduação e cooperação internacional” reforçando a ideia de fortalecer as ações que visem a internacionalização. A produção científica é apresentada como principal indicador da presença internacional da ciência brasileira, por meio da apresentação de dados do impacto da produção brasileira em comparação à média mundial no período de 1997-2001, evidenciando um avanço de 19%. O texto apresenta ainda o número de artigos científicos publicados em revistas indexadas e em grandes bases de dados, demonstrando um crescimento expressivo.

Ao discorrer sobre a presença da ciência brasileira no cenário internacional o texto do plano o faz partir de dados qualitativos, demonstrando atuação de cientistas brasileiros nas principais instituições internacionais de ciência, identificando sua

presença nas principais organizações científicas internacionais. Nas conclusões e recomendações o documento traz como sugestão “o envio de mais estudantes ao exterior para fazerem doutorado [...]; O estímulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros; aumento do número de publicações com instituições estrangeiras” (BRASIL, 2010, p. 303).

Pautado nas diretrizes educacionais, nas prescrições contidas no PNE e nos PNPGs, é possível entender a constituição da política de internacionalização no Brasil como mecanismo essencial para formação acadêmica, divulgação e promoção do conhecimento, que contribui para resolução de problemas locais, regionais e globais.

### **Considerações finais**

Os documentos prevêem a definição de pesquisas que elevem a competitividade e a inserção internacional do país, destacando a formação de recursos humanos de nível internacional, a continuidade de programas de intercâmbio e o fortalecimento da colaboração internacional.

A cooperação internacional, também é abordada com destaque, assinalando que esta deve orientar o país para avançar na fronteira do conhecimento científico e tecnológico, incentivando a cooperação internacional com países e instituições líderes nas áreas estratégicas.

Assim, ao mesmo tempo em que se busca configurar a internacionalização a partir de um processo de cooperação mútua e intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico, promovendo uma integração através de processos de cooperação internacional, também se almeja aumentar o quantitativo e o desempenho científico e tecnológico do país.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1980)**. Brasília, DF: MEC/CAPES, 1975. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf). Acesso em: 2 jun. 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985)**. Brasília, DF: MEC/CAPES, 1982. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf). Acesso em: 2 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986/1989)**. Brasília, DF: MEC/CAPES, 1986. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I\\_PNPG.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf). Acesso em: 2 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 14/03/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010)**. Brasília, DF: MEC/CAPES, 2004. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG\\_2005\\_2010.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf). Acesso em: 21 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020)**. Brasília, DF: MEC/CAPES, 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 27 jul. 2018.

AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. Educação superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos. **Revista Inter Ação**, 38(2), 273-291. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v38i2.26103>. Acesso em: 08 mar. 2019.

LIMA, M. C; CONTEL, F. B. Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira. In: 5 ÈME COLLOQUE DE L'IFBAE, 2009, Grenoble. **Anais [...]**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6991011-Periodos-e-motivacoes-da-internacionalizacao-da-educacao-superior-brasileira-manolita-correia-lima-fabio-betioli-contel.html>. Acesso em: 25 fev. 2019.

MARRARA, T. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. **R B P G**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 245-262, 2007. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/132>. Acesso em: 28 maio 2019.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior –Conceitos e práticas. **Educar em Revista**, v. 22, n. 28, p. 107-124, 2006. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/7614>>. Acesso em: 30 out. 2018.

MOROSINI, M. C.; NASCIMENTOL, L. M. Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações. **Educação em Revista**, n.33, e155071. 2017. Belo Horizonte. Disponível em: <http://educacaoemrevistaufmg.com.br/edio-anterior/educacao-em-revista-vol-33-ano-2017>. Acesso em: 18 out. 2018.

MOROSINI, M. C.; DALLA CORTE, M. G. Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil. **Revista Educação em Questão**, v. 56, n. 47, p. 97-120, 12 abr. 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/14000>>. Acesso em: 18 out. 2018